

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1001621-44.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Obrigações**  
 Requerente: **Ana Carolina Turi Voltante Marchesi**  
 Requerido: **Caixa Vida e Previdencia Sa**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Letícia Lemos Rossi**

Vistos.

**ANA CAROLINA TURI VOLTANTE MARCHESI** ajuizou a presente ação de cobrança em face de **CAIXA VIDA E PREVIDÊNCIA S/A**, afirmando que era beneficiária de seguro de vida de seu marido e que após o falecimento dele, em 26.03.2014, teve negado o pagamento do prêmio por falta de pagamento.

Sustenta que o seguro de vida teve início em 30.07.2012 com parcelas anuais de R\$ 120,00, todas adimplidas mediante débito em conta. Requer o pagamento da quantia de R\$ 46.160,36, referente a 100% do prêmio.

A fls. 24/25, deferiu-se a justiça gratuita à autora.

Citada, a requerida apresentou contestação alegando ilegitimidade passiva. No mérito, menciona que o proponente contratou plano de previdência privada em 30.07.2012 e que a cobertura do seguro foi cancelada por inadimplência, pois o contratante teria arcado apenas com a contribuição anual de 2012.

A conciliação foi infrutífera (fls. 117) e sobreveio réplica (120/125).

A decisão de fls. 126 afastou a preliminar arguida.

Houve juntada dos extratos da conta corrente do proponente (fls. 150/151, 169) e informação de encerramento da conta (fls. 182/183).

**1001621-44.2015.8.26.0566 - lauda 1**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

O feito comporta julgamento antecipado da lide, na forma do artigo 355, I, do CPC, uma vez que não é necessária a produção de provas em audiência e as provas documentais já foram apresentadas.

A preliminar já foi decidida (fls. 126). Passa-se a análise do mérito.

O pedido é improcedente.

Rodrigo Marchesi contratou previdência privada com seguro de vida. O contrato previa o aporte inicial de R\$ 850,00, além de R\$ 120,00 a título de seguro de vida, perfazendo o valor de R\$ 970,00 (fls. 11/12).

A autora era a única beneficiária do pecúlio.

O seguro de vida deveria ser pago anualmente todo dia 30 de julho. A seguradora apontou que o último pagamento foi realizado no dia 30.07.2012, quando da contratação do seguro. A forma de pagamento era o débito em conta.

A fls. 182/183 e 193, respondendo a ofício desse juízo, a requerida informou que a conta corrente informada pelo proponente foi encerrada no dia 31/12/2012, em razão disso não houve o débito das parcelas subsequentes.

A conta corrente do proponente foi aberta em 22/06/2012 e encerrada em 31/12/2012 (fls. 182/183). O extrato de fls. 151 demonstra que a conta corrente era pouco movimentada, sendo que nos meses de agosto a outubro houve saldo negativo. No mês de


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

novembro as dívidas foram quitadas.

O simples fato de haver débito automático dos prêmios do seguro, não retirava do proponente o encargo de verificar o correto pagamento. Além disso, encerrada a conta, era dever do proponente comunicar nova conta para débito ou alterar a forma de pagamento.

O documento de fls. 12 indica que foi realizado o aporte inicial de R\$ 850,00 para previdência privada. Não há provas de que o proponente tenha continuado a contribuir, limitando-se a um único aporte no período de quase dois anos. É possível que tenha havido desinteresse na manutenção do contrato.

O aporte inicial foi devolvido à autora, após a comunicação do sinistro, conforme indica o documento de fls. 15/16.

Por sua vez, o aporte inicial não se confunde com o prêmio do seguro. A cobertura securitária dependia do pagamento da contribuição anual de R\$ 120,00 todo mês de julho. O proponente adimpliu apenas a parcela do primeiro ano, não há prova do pagamento das demais parcelas.

O primeiro pagamento garantiu a cobertura pelo período de 30/07/2012 a 30/07/2013. Em razão da inadimplência, no momento do sinistro (26.03.2014), o proponente não possui cobertura. Sequer pode ser aplicada a teoria do adimplemento substancial na medida em que o contrato era recente e houve apenas um único pagamento.

*É de rigor a aplicação do artigo 763 do Código Civil: Art. 763. Não terá direito a indenização o segurado que estiver em mora no pagamento do prêmio, se ocorrer o sinistro antes de sua purgação.*

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido e extingo o processo



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

com resolução de mérito, na forma do artigo 487, I, do CPC.

Condeno a autora a arcar com as custas, despesas e honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da causa, observado o disposto no artigo 98, §3º, do CPC, por ser beneficiária da justiça gratuita.

P.R.I.

São Carlos, 20 de fevereiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**